

## 5 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS

## Estudo Técnico Preliminar 3/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64676.000816/2026-11

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais esportivos e materiais equestres a fim de atender às necessidades do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado e demais unidades integrantes da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, conforme o disposto no Diex Requisitório, de 23 de julho de 2024.

2.2. A necessidade visa manter o bom desempenho Organização Militar na atividade de instruções militares bem como manter a boa prática de atividades físicas. Os itens esportivos solicitados serão empregados em instruções de treinamento físico, projetos educativos, competições esportivas e em atividades voltadas para o público externo da comunidade local. Com relação aos insumos equestres, tem-se a imprescindibilidade tendo em vista o funcionamento da Seção Veterinária e das Baías que atendem aos equinos do regimento.

2.3. A funcionalidade e as rotinas administrativas da Organização Militar exige da Administração uma constante preocupação com a correta gestão de todas as aquisições de bens, mantendo-as em níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais e administrativas.

2.4. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do Governo Federal, na medida em que, ao aproveitar as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços junto ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento de suas diversificadas demandas, emanadas pelos diversos eventos realizados ao longo do ano.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarife	João Antonio Bez-Batti Ferreira

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Ata de Registros de Preços, já que existe a necessidade de contratações frequentes. O Sistema Registro de Preços para a aquisição dos produtos é regido sob os termos dos incisos I, II e IV do Art.3º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e o Pregão Eletrônico sob o Decreto 1.0024, de 20 de setembro de 2019.

4.2. Os materiais descritos no item 01 do Termo de Referência enquadram-se como bens comuns, para os fins e efeitos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas e uso de materiais com o prazo de validade vencido ou quando o objeto por sua natureza for de uso indefinido.

4.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art.84, g 1º, da Lei nº 14.133/21;

4.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.5. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) a partir do envio da Nota de Empenho, em remessas conforme a demanda da seção, nos endereços especificados no Termo de Referência.

4.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os bens poderão ser

rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7. Os objetos deverão ser entregues em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.8. A empresa contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 1,7 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; a Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 512017;

4.10. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante;

4.11. A contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Instrução Normativa SLTVMPOG nº 1, de 19/10/2010; 5.11 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013";

4.12. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.13. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.14. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

4.15. Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos - CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 25/01/2013;

4.16. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.17. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.18. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas pesquisas junto ao Sistema de Pesquisa de Preços, no Compras.gov.br, contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e também por meio de sites eletrônicos ou mídia especializada, com objetivo de identificar a existência de novas

metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas no respectivo processo.

5.2 Diante do exposto no subitem, após as consecutivas pesquisas e análises acima citadas, as seções competentes resolveram por adotar o seguinte critério para levantamento de preços: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Sistema de Pesquisa de Preços, no Compras.gov.br ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente, observando o que preconiza o art. 5º da IN 65/2021 ME.

5.3. O certame se caracteriza pela aquisição de materiais classificados como comuns por meio de empresas devidamente autorizada, existindo diversas capazes de suprir as demandas em cada um dos itens elencados no Termo de Referência para a prestação dos serviços.

5.4. Diante do exposto, a aquisição de materiais esportivos e equestres por intermédio de Pregão SRP conforma-se como a solução mais eficiente e segura para aquisição dos pretendidos materiais, adicionalmente, contorna a necessidade de desenvolvimento de novo processo licitatório ou de contratação direta.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. As aquisições seguirão as estimativas das quantidades estabelecidas para o certame, ao longo do prazo de vigência do processo licitatório para a aquisição de materiais esportivos e equestres.

6.2. A contratação de empresas para fornecimento de material esportivo e equestre, conforme o preâmbulo deste estudo técnico pretende de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade do 5º RC Mec, os quais podemos enumerar.

- a. Fornecimento dentro do prazo estipulado;
- b. Cumprimento quanto a qualidade dos materiais;
- c. Adoção das boas práticas de sustentabilidade por parte da contratada; e
- d. Aquisição de materiais com valores dentro do estimado em mercado.

6.3. Todos esses elementos elencados possibilitarão que o fornecimento produza resultados pretendidos e satisfatórios para a Administração.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades a serem contratadas tiveram por base o histórico de quantidades dentro do respectivo universo de contratação dos últimos dois anos, bem como estudo de um dos Oficiais de Treinamento Físico Militar da Unidade.

7.2. A estimativa das quantidades baseada no consumo de anos anteriores poderia retratar quantidades imprecisas, devido as características dos materiais constantes do presente processo de aquisição, haja vista os materiais também serem usados em possíveis situações oportunas ou de contingência.

7.3. Destarte, considerando os elementos anteriormente expostos, vislumbra-se abaixo a quantidade mínima necessária para manter as atividades do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado, conforme consta em anexo ao Termo de Referência do presente processo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 145.097,69

8.1. MÉTODOS PARA AVALIAR PREÇOS: o artigo 6º da Instrução Normativa nº 65/2021 – estabelece que, serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, MP a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 6º da referida instrução, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobre preço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única nas formas da Lei 14.133/21, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A licitação será dividida em itens, proporcionando um melhor controle e gerando uma maior economia na contratação, uma vez que ao separarmos o objeto em partes (itens) menores ou mais específicas tem-se maior exatidão no fornecimento dos bens.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não existem aquisições correlatas nem interdependentes para a viabilidade da aquisição dos bens.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação dos itens está alinhada com o Plano Anual de Contratação do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Espera-se com esta nova aquisição, no mínimo os seguintes efeitos:

- a. Otimização de custos administrativos e operacionais de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;
- b. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- c. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta Organização Militar;
- d. Garantir o apoio administrativo e operacional, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade; e
- e. Atingir o princípio da economicidade, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, com a união da qualidade, celeridade e menor custo no fornecimento dos bens ou no trato com os bens públicos.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Para a aquisição dos materiais não será necessário nenhum tipo de adequação física do órgão.

13.2. Os militares envolvidos na futura fiscalização do recebimento dos materiais serão os requisitantes e aqueles publicados em boletim interno conforme a composição da comissão de recebimento. Os mesmos deverão, preferencialmente, possuir curso de Fiscal de Contrato.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação não identificou possíveis impactos ambientais que possam ocorrer em razão da aquisição do objeto desta licitação. Contudo cabe salientar que o 5º RC Mec, descarta seus resíduos secos (embalagens, plásticos, papéis e papelões) em local adequado, sendo recolhido periodicamente pela empresa de Coleta de Resíduos contratada pelo município de Quaraí-RS.

14.2. Ainda quanto à logística reversa para o correto descarte ou reciclagem dos materiais inservíveis, estas seguirão às legislações vigentes de modo a sanar ou reduzir o risco de maiores impactos ambientais.

## 15. Condições de aquisição e pagamento

O presente documento, reafirmando o compromisso com a lisura do processo, está de acordo com o art.40, inc. 1, da Lei nº 40.133 de 2021 no que se refere à paridade das condições de aquisição e pagamento do setor público com o privado.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme condições expostas no presente documento, esta equipe considera viável a contratação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PEDRO HENRIQUE MEDEIROS PAZ**

Membro da comissão de contratação